



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

18º EXAME DE SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2009 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) No controle de constitucionalidade de ato normativo pela via difusa, discute-se o caso concreto. A respeito desse controle, assinale a opção correta:

- a) Em regra, de acordo com o ordenamento jurídico vigente, os efeitos da declaração de inconstitucionalidade afetam somente as partes envolvidas no processo, de forma retroativa, de modo a desfazer, desde sua origem, o ato declarado inconstitucional, juntamente com todas as conseqüências dele derivadas.
- b) A declaração de inconstitucionalidade terá efeitos *ex tunc* e *erga omnes* por decisão do STF, pois somente a este cabe assegurar a supremacia das normas constitucionais.
- c) Os efeitos devem ser *inter partes*, podendo, entretanto, ser ampliados por motivos de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, em decorrência de decisão de dois terços dos membros do STF.
- d) Os efeitos se tornarão *ex tunc* a partir do momento em que o Senado Federal editar uma resolução suspendendo a execução, no todo ou em parte, da lei ou ato normativo declarado inconstitucional por decisão definitiva do STF.
- e) Os efeitos, via de regra, são *erga omnes* e com efeitos *ex nunc*.

2) Sobre o controle de constitucionalidade de atos normativos no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta:

- a) Cabe ao STF o julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade contra atos normativos federais, estaduais ou municipais.
- b) Emendas constitucionais, por gozarem do caráter de normas constitucionais, não são passíveis de serem controladas na sua constitucionalidade.
- c) A jurisprudência do STF não admite, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, o controle de constitucionalidade de atos normativos pré-constitucionais.
- d) A Constituição de 1988, desde a sua redação originária, previa o efeito vinculante das decisões tomadas pelo STF nas ações diretas de inconstitucionalidade.
- e) As portarias e regulamentos, que retiram fundamento de validade do ordenamento infraconstitucional, podem ser objeto de controle de constitucionalidade perante o STF.

3) Nos termos da Constituição de 1988, o Estado federal brasileiro:

- a) É formado pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal (DF), todos autônomos, sendo apenas a União detentora do atributo da soberania.
- b) Adota um sistema de repartição de competências que enumera os poderes da União, define indicativamente os dos Municípios e atribui os poderes remanescentes para os Estados.
- c) Destina à União, como ente central, competências de caráter exclusivo e privativo, restando aos Estados, ao DF e aos Municípios apenas o exercício de competências legislativas em caráter remanescente e suplementar.
- d) Não admite que os Municípios, mesmo de forma suplementar, possam legislar sobre as matérias que são objeto da legislação federal e estadual.
- e) Não reconhece aos Municípios autonomia, não sendo verdadeiramente entes federativos, o que é comprovado pela impossibilidade de promulgarem constituições próprias.

4) Assinale a opção incorreta acerca do processo legislativo previsto na Constituição Federal:

- a) Após a aprovação da proposta de emenda constitucional pelo Congresso Nacional, cabe ao Presidente da República sancioná-la ou vetá-la.
- b) Leis complementares devem ser aprovadas por maioria absoluta.
- c) A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa dos tribunais superiores devem ter início na Câmara dos Deputados.
- d) A sanção do projeto de lei não convalida o defeito de iniciativa.
- e) Não é permitida a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha perdido eficácia por decurso de prazo ou tenha sido rejeitada.

5) Com relação à disciplina constitucional das medidas provisórias, assinale a opção correta:

- a) Medida provisória pode versar sobre matéria relativa a direito penal.
- b) O STF não admite, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, o controle de constitucionalidade de medidas provisórias.
- c) É de trinta dias o prazo máximo para a apreciação, pelas duas casas do Congresso Nacional, de medida provisória.
- d) As constituições estaduais podem prever a edição de medidas provisórias, cumpridas as regras básicas do processo legislativo no âmbito da União.
- e) A edição de medida provisória tem por requisitos expressamente previstos a urgência, a relevância e a impossibilidade de utilização de outra espécie legislativa.

6) A respeito da repartição de competências e do pacto federativo, é incorreto afirmar que:

- a) À luz do princípio da subsidiariedade, compete preferencialmente aos Municípios a prestação de medicamentos ordinários.
- b) Compete aos Municípios a prestação de serviços públicos de interesse local.
- c) Cabe aos Estados explorar os serviços locais de gás canalizado.
- d) Compete privativamente à União legislar sobre orçamento, custas forenses e juntas comerciais.
- e) É competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal legislar sobre Direito Tributário.

7) Acerca do procedimento legislativo, é correto afirmar que:

- a) A criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta e o aumento de sua remuneração são matéria de lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.
- b) Existe superioridade hierárquica das leis ordinárias sobre as leis delegadas.
- c) É vedada a instituição de tributos através de medida provisória.
- d) É possível a abertura de créditos orçamentários através de medida provisória independente de situação de urgência.
- e) O princípio da simetria não é aplicado pelo STF ao procedimento legislativo dos Estados.

8) É possível se afirmar sobre as cláusulas pétreas que:

- a) À luz do princípio democrático, devem possuir caráter absoluto.
- b) Encontram-se em tensão com o princípio da autodeterminação das gerações.
- c) Somente podem existir quando previstas expressamente pelo texto constitucional.
- d) O direito ao voto secreto não constitui cláusula pétrea.
- e) Poderiam ser alteradas apenas pelo Poder Constituinte Derivado Decorrente

9) A respeito dos direitos fundamentais, é incorreto afirmar que:

- a) Diante de sua importância, a base normativa dos direitos fundamentais encontra-se integralmente no texto expresso da Constituição.
- b) Os direitos humanos reconhecidos em tratado firmados pela República Federativa do Brasil podem ganhar status e hierarquia constitucionais desde que submetidos a procedimento legislativo especial.
- c) São direitos fundamentais de 1ª dimensão o direito à vida e o direito à liberdade.
- d) Os direitos fundamentais possuem eficácia irradiadora sobre todo o ordenamento jurídico.
- e) Em sua grande maioria, são enunciados através da espécie normativa dos princípios.

10) Assinale a alternativa incorreta acerca da teoria da Constituição e das normas constitucionais:

- a) A C.R.F.B. é escrita, rígida, promulgada e analítica.
- b) Normas de eficácia limitada são aquelas desprovidas de toda e qualquer eficácia enquanto não complementadas por lei infraconstitucional.
- c) Normas de eficácia contida são aquelas que possuem eficácia até que sejam restringidas por normas infraconstitucionais.
- d) Normas constitucionais têm como peculiaridades a superioridade hierárquica e o conteúdo político.
- e) Normas materialmente constitucionais não necessariamente se encontram no texto da Constituição.

DIREITO CIVIL

11) No tocante ao domicílio da pessoa natural, é correto afirmar que:

- a) A pessoa natural não pode ter mais de um domicílio.
- b) O domicílio da pessoa natural é o local em que reside, ainda que sem ânimo definitivo.
- c) Se a pessoa tiver mais de uma residência, onde viva, alternadamente, será considerado como domicílio o local onde reside por mais tempo.
- d) Considera-se como domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar em que for encontrada.
- e) A mudança de domicílio depende de declaração expressa da pessoa natural.

12) Assinale a afirmativa incorreta:

- a) As benfeitorias úteis facilitam ou aumentam o uso da coisa.
- b) Os frutos e produtos não podem ser objeto de negócio jurídico enquanto não separados do bem principal.
- c) São voluptuárias as benfeitorias que não aumentam a utilidade do bem, embora o tornem mais agradável.
- d) Os melhoramentos ao bem sem a intervenção do proprietário ou possuidor não podem ser considerados benfeitorias.
- e) São consideradas necessárias as benfeitorias destinadas a conservar o bem.

13) Ana Maria pretende ajuizar ação contra o Estado, pleiteando indenização em virtude de ato praticado em 2007, quando tinha 14 anos. Pode-se dizer que:

- a) Não houve prescrição, porque ainda não decorridos vinte anos desde o evento danoso.
- b) Não houve prescrição, porque ainda não decorridos dez anos desde o evento danoso.
- c) O prazo prescricional teve início a partir do evento danoso.
- d) O prazo prescricional não teve início enquanto Ana Maria era menor de dezesseis anos.
- e) O prazo prescricional só será iniciado quando Ana Maria completar dezoito anos.

14) Assinale a afirmativa falsa:

- a) É objetiva a responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- b) Haverá obrigação de reparar o dano, independente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de terceiros.
- c) Não é objetiva a responsabilidade do dono ou detentor pelos danos provocados por seu animal.
- d) É objetiva a responsabilidade do Estado por atos comissivos.
- e) A configuração da responsabilidade objetiva não exige a comprovação de culpa.

15) Indique a afirmativa correta:

- a) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe sempre ao credor.
- b) Se uma das duas prestações de uma obrigação alternativa se tornar inexecutível, subsistirá o débito quanto à outra.
- c) Nas obrigações indivisíveis, havendo mais de um credor, não poderá um deles exigir a dívida inteira.
- d) Havendo mais de um devedor de uma obrigação indivisível, não se pode exigir de um deles a dívida toda.
- e) A obrigação que se resolver em perdas e danos não perderá a qualidade de indivisível.

16) Os bens fungíveis são:

- a) aqueles que podem ser fracionados sem alteração na sua substância.
- b) os suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- c) aqueles que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.
- d) os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- e) o complexo de relações jurídicas de uma pessoa, dotado de valor econômico.

17) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- b) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- c) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- d) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
- e) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, salvo quando a lei expressamente a exigir.

18) É nulo o negócio jurídico quando:

- a) uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- b) alguém, em benefício próprio ou de terceiro, induz astuciosamente outrem à prática de ato que pode lhe causar prejuízo.
- c) o ato for celebrado por pessoa relativamente capaz.
- d) alguém pratica um ato sob a ameaça do exercício regular de um direito por parte de terceiro.
- e) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

19) Qual das opções abaixo não constitui requisito para a configuração da responsabilidade civil subjetiva?

- a) ação ou omissão voluntária do agente.
- b) o dano.
- c) o nexo de causalidade.
- d) a violação de um dever jurídico.
- e) a motivação do ato.

20) São pessoas jurídicas de direito privado:

- a) a União
- b) os Estados.
- c) os partidos políticos.
- d) as autarquias.
- e) os Municípios.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Marque a afirmativa correta:

- a) O prazo estabelecido em lei é contínuo, salvo nos feriados, quando é interrompido.
- b) É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir prazos peremptórios.
- c) Os prazos sempre podem ser prorrogados pelas partes, quando de comum acordo.
- d) É vedado ao juiz prorrogar qualquer prazo processual.
- e) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e o do vencimento.

22) Assinale a alternativa correta:

- a) O ônus de provar os fatos alegados no processo é sempre do autor, salvo nas ações de consumo.
- b) Ao réu compete provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor.
- c) Dependem de prova exclusivamente documental os fatos notórios.
- d) Os fatos afirmados por uma parte só podem ser confessados pela parte contrária em audiência de instrução e julgamento por intermédio de depoimento pessoal.
- e) É lícita a convenção particular que distribui o ônus da prova, quando recair sobre direitos indisponíveis da(s) parte(s).

23) São hipóteses de extinção do processo, sem resolução de mérito:

- a) A sentença de improcedência do pedido.
- b) A decadência.
- c) Quando as partes transigirem.
- d) Quando o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda ação.
- e) Quando o autor desistir da ação.

24) Marque a alternativa correta:

- a) Se o Estado não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros todos os fatos afirmados pelo autor.
- b) Se a causa versar sobre direitos disponíveis, a ausência de apresentação de defesa no prazo legal não induz a veracidade dos fatos afirmados pelo autor.
- c) Ainda que ocorra a revelia, o autor não poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, salvo se promover nova citação do réu, a quem será assegurado o direito de responder no prazo legal.
- d) O revel não poderá mais intervir no processo até a lavratura da sentença, recebendo-o, a partir deste momento, no estado em que se encontrar.
- e) O Estado não pode ser declarado revel.

25) O prazo para uma Autarquia estadual oferecer resposta ao recurso de Agravo de Instrumento é de:

- a) 30 dias.
- b) 15 dias.
- c) 10 dias.
- d) 20 dias.
- e) 40 dias.

26) Sobre os prazos recursais, assinale a resposta correta:

- a) Os embargos de declaração, os embargos infringentes e os embargos de divergência possuem prazo de 15 dias.
- b) A apelação, o agravo de instrumento e o recurso especial possuem prazo de 15 dias.
- c) O agravo de instrumento, o agravo retido e o recurso extraordinário têm prazo de 10 dias.
- d) O recurso especial, o recurso extraordinário e a apelação têm prazo de 15 dias.
- e) Os embargos de declaração e o recurso ordinário têm prazo de 10 dias.

27) Não é competência do Superior Tribunal de Justiça:

- a) Processar e julgar mandados de segurança em face de Ministro de Estado.
- b) Julgar recursos especiais.
- c) Processar e julgar conflitos de competência entre tribunal e juízes a este não vinculados.
- d) Processar e julgar homologações de sentenças estrangeiras.
- e) Julgar ações diretas de inconstitucionalidade.

28) A intervenção de terceiros pela qual alguém vem a juízo defender em seu favor direito discutido por autor e réu de uma ação originária se denomina:

- a) Assistência litisconsorcial
- b) Oposição
- c) Assistência simples
- d) Denúnciação da lide
- e) Chamamento ao processo

29) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta.
- b) Ações fundadas em direito pessoal devem ser propostas, em regra, no foro do domicílio do réu.
- c) Ações fundadas em direito de propriedade sobre bem imóvel devem ser propostas, em regra, no foro da situação da coisa.
- d) Sempre que não argüida a incompetência absoluta no prazo para resposta do réu, ocorrerá a prorrogação da competência.
- e) A incompetência relativa deve ser argüida pelo réu através de exceção de incompetência.

30) Indique a resposta correta:

- a) O princípio do contraditório impõe ao juiz que, quando apresentado algum documento por uma das partes, seja permitido à outra que se manifeste sobre este.
- b) O princípio da duração razoável do processo permite que o juiz pule etapas do processo, bem como elimine garantias processuais, de modo a atingir a decisão justa.
- c) A coisa julgada material incide sobre as questões prejudiciais resolvidas pelo juiz incidentalmente no processo.
- d) Faz coisa julgada a fundamentação da sentença.
- e) A coisa julgada formal não impede que a parte rediscuta no mesmo processo questões preclusas.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

18.º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS
AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO
JUDICIÁRIA

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do artigo 18 do Regulamento do 18.º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, faz saber aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) A
- 2) C
- 3) B
- 4) A
- 5) D
- 6) D
- 7) A
- 8) B
- 9) A
- 10) B

DIREITO CIVIL

- 11) D
- 12) B
- 13) D
- 14) C
- 15) B
- 16) D
- 17) C
- 18) E
- 19) E
- 20) C

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 21) B
- 22) B
- 23) E
- 24) C
- 25) C
- 26) D
- 27) E
- 28) B
- 29) D
- 30) A

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua Dom Manuel, 25, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 10 às 17 horas.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2009

Leonardo de Andrade Mattietto
Procurador-Chefe do CEJUR



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

18º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

PROVA DISCURSIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO CIVIL

ÁREA DE PREENCHIMENTO PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO

NOTA:

NOTA POR EXTENSO: _____

RUBRICA(S) DO(S) EXAMINADOR(ES)

INSTRUÇÕES

Use caneta de tinta azul ou preta indelével, de qualquer tipo, inclusive esferográfica.

NÃO É PERMITIDO O USO DE CORRETIVO.

Preencha, de forma legível, os espaços existentes na parte inferior desta folha, na **ÁREA DE PREENCHIMENTO PELO CANDIDATO**.

O preenchimento dessa **ÁREA** tem como finalidade a desidentificação da prova e, após a correção, a sua identificação.

Deixe em branco os espaços constantes da **ÁREA DE PREENCHIMENTO PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO E OS DE USO DA COMISSÃO ORGANIZADORA**.

NA SUA RESPOSTA UTILIZE APENAS AS FOLHAS PAUTADAS ANEXAS.

NÃO SERÃO FORNECIDAS FOLHAS SUPLEMENTARES.

NÃO SERÃO CONSIDERADAS RESPOSTAS DADAS NO VERSO DA FOLHA RESPOSTA, NO CADERNO DE RASCUNHO OU NA FOLHA DE QUESTÕES.

NÃO ASSINE AS FOLHAS DE RESPOSTA, NEM AS RUBRIQUE OU NELAS FAÇA QUALQUER SINAL QUE POSSA IDENTIFICAR O CANDIDATO, SOB PENA DE ANULAÇÃO DA PROVA.

NÃO PREENCHER

18º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

PROVA DISCURSIVA

ÁREA DE PREENCHIMENTO PELO CANDIDATO

NÃO PREENCHER

Nome _____ Inscrição nº _____
(Em letra de forma)

Assinatura usual _____ Data de Nascimento ____/____/____

